

---

---

# REVISTA TAKA'A

---

---

## A TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA E A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM SANTA CRUZ CABRÁLIA – BA A PARTIR DOS SETORES CENSITÁRIOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2022

### INDIGENOUS TERRITORIALIZATION AND THE PRODUCTION OF SOCIO-SPATIAL INEQUALITIES IN SANTA CRUZ CABRÁLIA, BAHIA, BASED ON CENSUS TRACTS FROM THE 2022 DEMOGRAPHIC CENSUS

George Luis Martins de Oliveira  
Doutor em Estado e Sociedade – UFSB  
Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC/BA  
<https://orcid.org/0000-0003-4897-0244>  
[george.oliveira@enova.educacao.ba.gov.br](mailto:george.oliveira@enova.educacao.ba.gov.br)

#### RESUMO

O presente artigo analisa a territorialização da população indígena e a produção das desigualdades socioespaciais no município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, a partir dos setores censitários do Censo Demográfico 2022. Fundamentado em uma abordagem quantitativa, o estudo articula análise espacial e cartografia temática para examinar a distribuição da população indígena e suas condições demográficas, educacionais, infraestruturais e de gênero no espaço urbano. Os resultados evidenciam a concentração da população indígena em setores censitários marcados por maiores níveis de vulnerabilidade socioespacial, caracterizados por estrutura etária predominantemente jovem, menores percentuais de alfabetização e precariedade no acesso a serviços básicos de saneamento. A análise também revela desigualdades interseccionais associadas ao gênero, destacando a presença significativa de domicílios indígenas chefiados por mulheres em áreas com maiores carências infraestruturais. Conclui-se que a territorialização indígena em Santa Cruz Cabrália expressa a produção desigual do espaço urbano e reforça a necessidade de políticas públicas territorializadas, capazes de reconhecer a cidade como espaço legítimo de reprodução da vida indígena e de promover o direito à cidade de forma mais equitativa.

**Palavras-chaves:** População indígena. Desigualdades socioespaciais. Territorialização. Setores censitários. Santa Cruz Cabrália.

## ABSTRACT

This article analyzes the territorialization of the Indigenous population and the production of socio-spatial inequalities in the municipality of Santa Cruz Cabrália, Bahia, based on census tracts from the 2022 Demographic Census. Adopting a quantitative approach, the study combines spatial analysis and thematic cartography to examine the distribution of the Indigenous population and their demographic, educational, infrastructural, and gender-related conditions within the urban space. The results reveal a concentration of the Indigenous population in census tracts characterized by higher levels of socio-spatial vulnerability, marked by a predominantly young age structure, lower literacy rates, and limited access to basic sanitation services. The analysis also highlights intersectional inequalities related to gender, particularly the significant presence of Indigenous households headed by women in areas with greater infrastructural deprivation. The findings indicate that Indigenous territorialization in Santa Cruz Cabrália reflects the unequal production of urban space and underscores the need for territorially grounded public policies that recognize the city as a legitimate space for Indigenous life reproduction and promote a more equitable right to the city.

**Keywords:** Indigenous population. Socio-spatial inequalities. Territorialization. Census tracts. Santa Cruz Cabrália.

## Introdução

A urbanização brasileira tem sido historicamente marcada pela produção desigual do espaço, na qual diferentes grupos sociais experimentam condições profundamente assimétricas de acesso à moradia, infraestrutura urbana e serviços públicos. Esse processo, longe de ser neutro, expressa relações de poder, dinâmicas econômicas e decisões políticas que produzem e reproduzem desigualdades socioespaciais no interior das cidades. Nesse contexto, populações historicamente marginalizadas tendem a ocupar áreas periféricas ou menos valorizadas do espaço urbano, onde se sobrepõem precariedades infraestruturais, sociais e ambientais.

Entre esses grupos, destaca-se a população indígena, cuja presença nas cidades brasileiras tem crescido de forma significativa nas últimas décadas. Apesar disso, os indígenas urbanos permanecem, em grande medida, invisibilizados nas políticas públicas, no planejamento urbano e na produção de diagnósticos territoriais, ainda fortemente marcados por uma leitura dicotômica que associa a identidade indígena exclusivamente a espaços rurais ou a territórios tradicionalmente demarcados. Tal perspectiva limita a compreensão das múltiplas territorialidades indígenas e contribui para a negação do direito à cidade a esses grupos.

A presença indígena no espaço urbano não implica a ruptura com identidades étnicas, mas revela processos complexos de mobilidade, adaptação e ressignificação territorial, frequentemente atravessados por desigualdades étnico-raciais e socioespaciais. Estudos recentes indicam que a população indígena urbana enfrenta condições mais precárias de acesso

à educação, saneamento e moradia quando comparada à população não indígena, evidenciando a persistência de assimetrias estruturais no interior das cidades brasileiras.

Nesse cenário, o município de Santa Cruz Cabrália, localizado no sul da Bahia, apresenta-se como um caso emblemático para a análise da urbanização indígena. Além de sua centralidade histórica e simbólica na formação do território brasileiro, o município abriga uma expressiva população indígena, especialmente do povo Pataxó, cuja presença se estende tanto às áreas rurais quanto ao espaço urbano. Essa configuração torna o município um território marcado por disputas, permanências e desigualdades, oferecendo um campo analítico privilegiado para a investigação das relações entre etnicidade, território e produção do espaço urbano.

A disponibilização dos dados do Censo Demográfico 2022, com avanços significativos na identificação da população indígena e na desagregação espacial das informações, cria novas possibilidades analíticas para a Geografia Urbana e os estudos sobre desigualdades socioespaciais. A análise em escala dos setores censitários permite captar padrões intramunicipais de distribuição da população indígena e de suas condições de vida, superando leituras agregadas que tendem a homogeneizar realidades territoriais distintas.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a territorialização da população indígena e a produção das desigualdades socioespaciais no município de Santa Cruz Cabrália (BA), a partir dos setores censitários do Censo Demográfico 2022. Para tanto, mobiliza-se uma abordagem quantitativa, apoiada em análise espacial e cartografia temática, articulando indicadores demográficos, educacionais, infraestruturais e de gênero. Ao fazê-lo, o trabalho busca contribuir para o debate acadêmico sobre urbanização indígena, evidenciando empiricamente como as desigualdades étnico-raciais se materializam no espaço urbano e reforçando a importância de políticas públicas territorializadas e inclusivas.

### **Urbanização, desigualdades socioespaciais e produção do espaço urbano**

O processo de urbanização no capitalismo periférico tem se caracterizado pela produção desigual do espaço, resultando em profundas assimetrias no acesso à moradia, infraestrutura urbana e serviços essenciais. E, conforme Caldeira (2017), a urbanização periférica do sul global produz cidades altamente desiguais e heterogêneas. Segundo Lefebvre (2001), o espaço urbano não é apenas suporte físico, mas produto social, moldado por relações de poder,

interesses econômicos e disputas políticas. As infraestruturas sociais expressam relações de poder, influenciam o desenvolvimento urbano e impactam diversas comunidades da classe trabalhadora, desafiando a suposição de que espaços compartilhados são conexões sociais (Horton; Penny, 2023). Nesse sentido, as cidades brasileiras expressam padrões históricos de segregação socioespacial, nos quais grupos socialmente vulnerabilizados tendem a ocupar áreas periféricas, ambientalmente frágeis e com menor provisão de equipamentos urbanos (Marandola Jr.; Hogan, 2009).

Revisões conceituais descrevem as desigualdades urbanas como processos complexos, multiescalares e socioespaciais, onde distribuição desigual de oportunidades, infraestrutura e poder político se entrelaça a mercados de terra e decisões de política pública (Inostroza; Taubenböck, 2024; Nelson *et al.*, 2023).

Assim, a segregação urbana se manifesta tanto em termos territoriais quanto socioeconômicos, produzindo espaços de privilégio e espaços de precariedade que coexistem no tecido urbano. Esse quadro se intensifica em cidades médias e turísticas, onde a dinâmica imobiliária e a economia do turismo tendem a reforçar processos de exclusão e deslocamento de populações de baixa renda para áreas marginalizadas do espaço urbano.

### **População indígena e cidade: superando a dicotomia rural–urbano**

A colonização hispano-lusitana construiu a “indianidade” como categoria rural, contraposta à cidade “branca” e moderna; indígenas eram mantidos em aldeamentos e, muitas vezes, proibidos de habitar as cidades (Amaral *et al.*, 2021). Atualmente, essa herança persiste. Discursos e políticas seguem guiados por uma compreensão essencialmente rural da indigeneidade, o que gera um “vazio” de políticas para indígenas urbanos (Horn, 2018; Wade *et al.*, 2024).

A presença indígena nas cidades não representa, necessariamente, ruptura com identidades étnicas, mas sim processos complexos de mobilidade, adaptação e ressignificação territorial. A indigeneidade urbana é um processo dinâmico de (re)produção de identidade, resistência e construção de lugar, que perturba os imaginários coloniais de colonos da cidade como não indígena (Bradlec, 2025). Os povos indígenas estão passando por uma mudança demográfica em direção à urbanidade, com novas tecnologias de comunicação desempenhando

um papel na preservação da identidade, língua e cultura em ambientes urbanos (Berg-Nordlie *et al.*, 2022).

As famílias indígenas no Brasil continuam a ter condições sanitárias piores do que as famílias não indígenas, destacando a persistência de grandes desigualdades baseadas em raça ou cor (Raupp *et al.*, 2020). Isso se repete em lares urbanos com crianças indígenas menores de 5 anos (Raupp, 2019) e em análises mais amplas de estrutura urbana, que encontram pior pavimentação, iluminação e drenagem em setores censitários com maior proporção de pretos, pardos e indígenas (Boing; Subrabanian, 2021). Nesse sentido, a cidade torna-se também território indígena, ainda que marcado por desigualdades, disputas simbólicas e restrições ao exercício pleno do direito à cidade.

Estudos recentes indicam que a população indígena urbana tende a enfrentar condições mais precárias de acesso à moradia, saneamento, educação e trabalho quando comparada à população não indígena, revelando a persistência de desigualdades étnico-raciais no espaço urbano.

Em vários países, indígenas urbanos enfrentam maior pobreza, instabilidade habitacional, violência e sofrimento psíquico, ligados a colonialismo, deslocamento e racismo institucional (Howard-Wagner, 2019; Catherine *et al.*, 2025). Essas desvantagens estruturais afetam acesso a trabalho digno e ampliam riscos de adoecimento e insegurança alimentar (Khanijahani *et al.*, 2021; Borges *et al.*, 2024). Essas desigualdades são frequentemente reforçadas pela concentração indígena em áreas periféricas, assentamentos precários ou comunidades urbanas, onde se sobrepõem vulnerabilidades sociais e ambientais.

### **Desigualdades socioespaciais, etnicidade e direito à cidade**

A análise da população indígena no espaço urbano exige considerar a interseção entre desigualdades socioespaciais e marcadores étnico-raciais. A segregação urbana, nesse contexto, não se limita à renda ou à classe social, mas incorpora dimensões históricas de exclusão, discriminação e negação de direitos. Conforme Harvey (2014), o direito à cidade envolve não apenas o acesso aos bens urbanos, mas a capacidade coletiva de moldar e transformar o espaço urbano de acordo com as necessidades sociais. Os indígenas urbanos na América Latina enfrentam desafios na implementação de políticas de desenvolvimento urbano inclusivas devido às construções rurais da indigeneidade, prioridades de desenvolvimento conflitantes e

dificuldades em promover direitos universais enquanto garantem os direitos indígenas (Horn, 2018).

No caso da população indígena urbana, esse direito é frequentemente limitado por processos de invisibilização institucional, ausência de políticas públicas específicas e inadequação dos instrumentos de planejamento urbano às suas realidades socioculturais. Os indígenas brasileiros em espaços urbanos enfrentam invisibilidade e avaliações negativas de seus repertórios comunicativos, destacando a necessidade de uma política e planejamento educacional linguístico decolonial para os funcionários públicos (Maher; Cavalcanti, 2018).

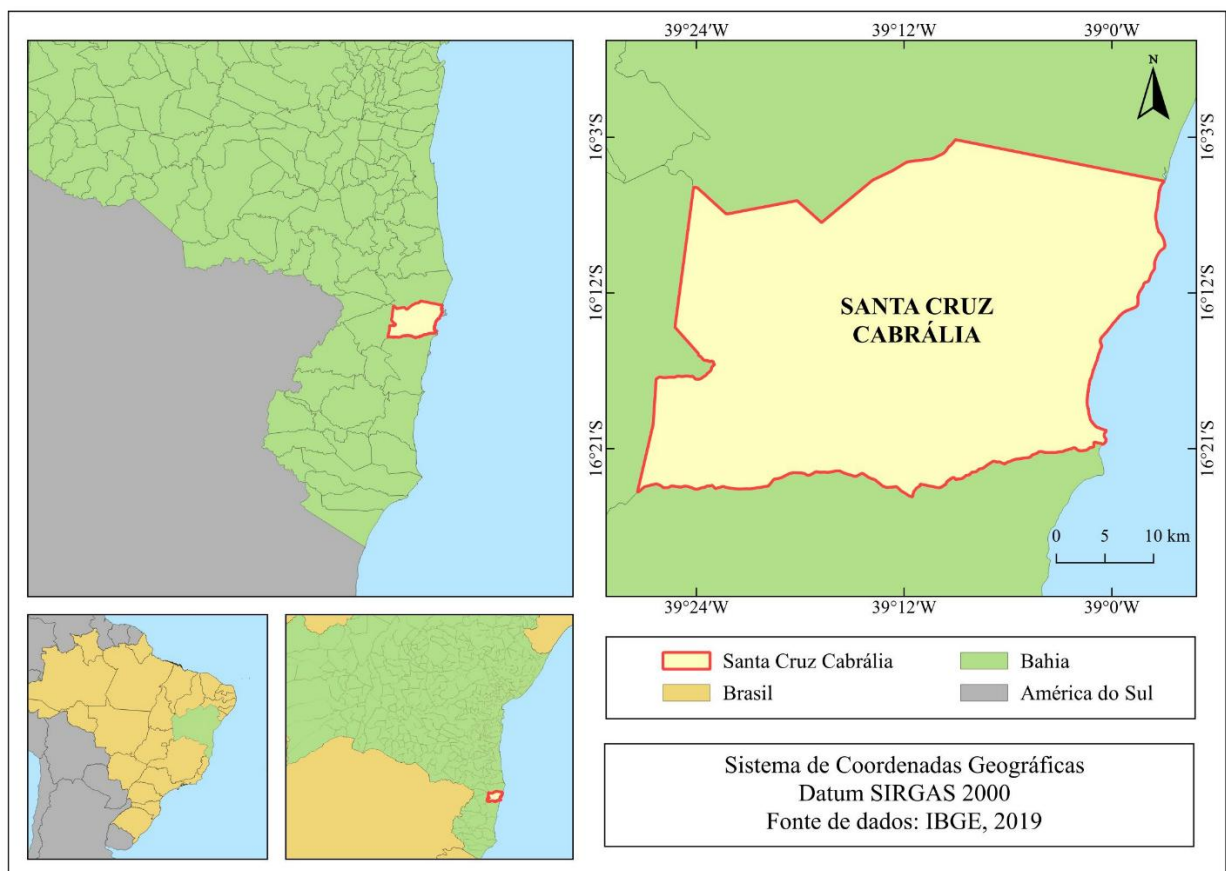
Vale ressaltar que estudos recentes evidenciam que a presença indígena nas cidades latino-americanas não é um fenômeno recente; ao contrário, sempre existiu. Atualmente, mais da metade da população indígena da região vive em contextos urbanos ou encontra-se em processo de urbanização (Amaral *et al.*, 2021, Del Popolo *et al.*, 2007; Campos *et al.*, 2021). Todavia, no Brasil, os indígenas em áreas urbanas apresentam altíssima mobilidade (cerca de 50% vivem em município diferente do nascimento), enquanto os rurais são os menos migrantes (Simoni; Dagnino, 2006; Campos *et al.*, 2021). Dessa forma, a produção acadêmica recente questiona a oposição entre aldeia e cidade ao demonstrar que se trata de uma construção de matriz colonial, que invisibiliza a presença histórica e significativa dos povos indígenas nos espaços urbanos e limita seu acesso a direitos. Reconhecer a urbanização indígena, sem desconsiderar os vínculos com os territórios tradicionais, é fundamental para a formulação de políticas públicas inclusivas e para o enfrentamento dessa invisibilidade histórica.

Integrar sistemas de conhecimento indígena no planejamento pode melhorar o bem-estar de áreas urbanas de baixa renda ao abordar o respeito comunitário, o bem-estar, a cooperação, o respeito ambiental e o cuidado (Billawer; Nel, 2024). Nesse sentido, os avanços metodológicos do Censo Demográfico 2022, ao ampliar a identificação da população indígena e disponibilizar dados em escalas territoriais mais detalhadas, representam oportunidade ímpar para a Geografia Urbana analisar, de forma empírica e especializada, como desigualdades étnico-raciais se materializam no espaço urbano. Ao integrar análise cartográfica e comparação socioeconômica, torna-se possível compreender não apenas onde a população indígena urbana está localizada, mas em que condições vive e como essas condições refletem a estrutura desigual das cidades brasileiras.

## Área de estudo

O recorte espacial da pesquisa corresponde ao município de Santa Cruz Cabrália (Figura 1), localizado no Território de Identidade da Costa do Descobrimento, no estado da Bahia, área de expressiva relevância histórica, cultural e simbólica para a formação do território brasileiro. Limita-se com os municípios de Porto Seguro, Eunápolis e Belmonte, apresentando acesso estratégico por rodovias regionais que o conectam tanto ao litoral quanto ao interior do estado. Sua posição geográfica confere ao município papel relevante na articulação regional, especialmente no contexto turístico e histórico-cultural.

**Figura 1:** Localização do município de Santa Cruz Cabrália-BA



**Fonte:** elaborado pelo autor.

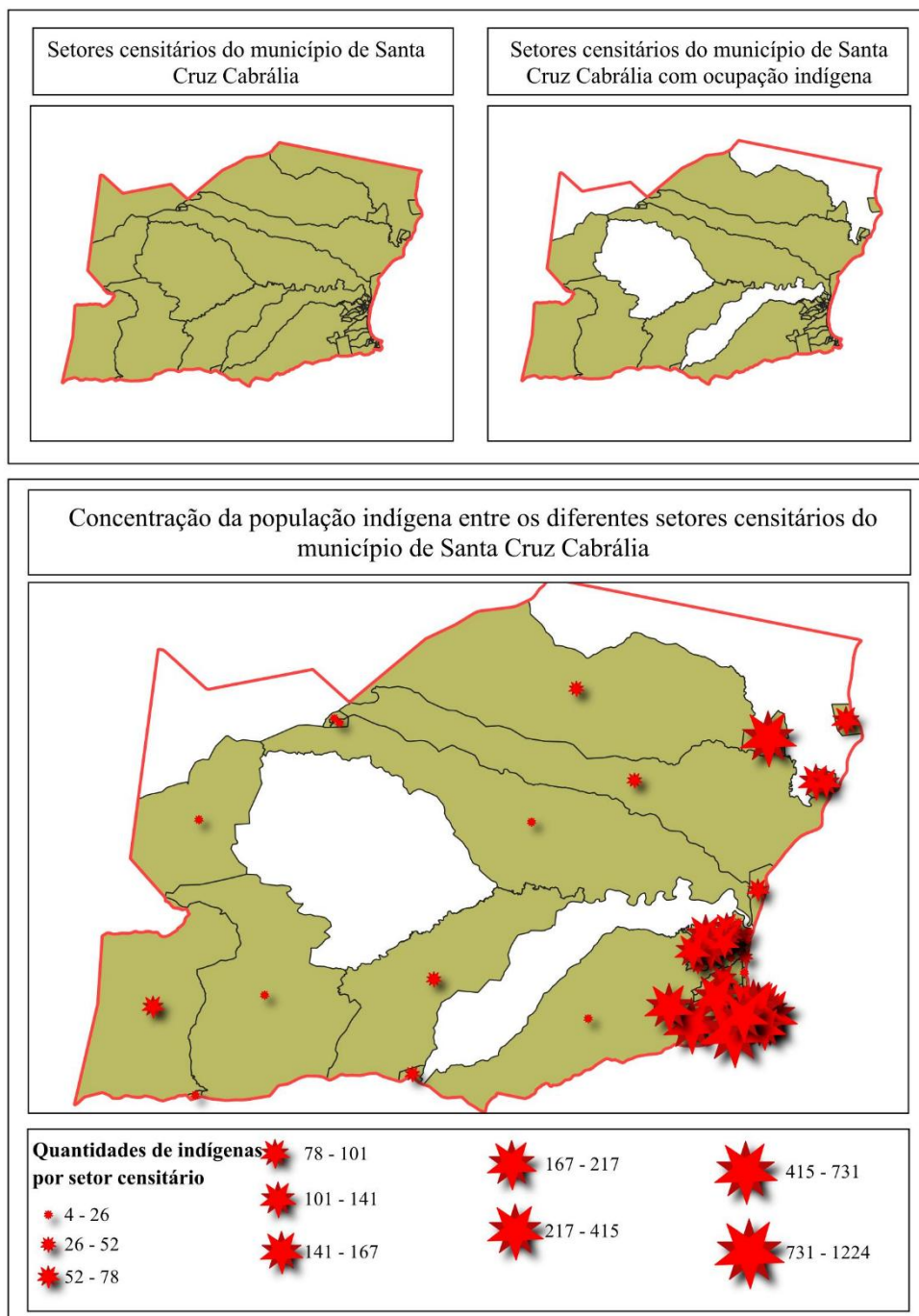
Do ponto de vista histórico, Santa Cruz Cabrália ocupa lugar central na narrativa do chamado “Descobrimento do Brasil”, sendo reconhecida como o local da primeira missa celebrada no território brasileiro. Contudo, essa narrativa convive com uma história marcada pela presença ancestral e contínua de povos indígenas, especialmente do povo Pataxó, cuja ocupação antecede o processo colonial e permanece até os dias atuais. Essa permanência

indígena configura o município como espaço de disputas territoriais, identitárias e simbólicas, refletidas tanto nas áreas rurais quanto no espaço urbano.

### **Natureza e delineamento da pesquisa**

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e analítica, de abordagem quantitativa, com suporte em técnicas de análise espacial e cartografia temática, tendo como objetivo analisar a territorialização, o perfil sociodemográfico e as desigualdades socioespaciais da população indígena no município de Santa Cruz Cabrália, Bahia. O estudo fundamenta-se em dados secundários provenientes do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), adotando como unidade espacial de análise os setores censitários do município (Figura 2).

**Figura 2:** Composição de mapas de setores censitários, setores censitários com ocupação indígena e concentração indígena por setor censitário no município de Santa Cruz Cabrália



Fonte: elaborado pelo autor.

Do ponto de vista metodológico, a investigação articula a análise de variáveis sociodemográficas e socioeconômicas censitárias com procedimentos de geoprocessamento em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), possibilitando a espacialização e a interpretação dos padrões de distribuição da população indígena no território municipal. A opção pela escala dos setores censitários permite a identificação de desigualdades

intramunicipais, ampliando a capacidade analítica em relação a estudos baseados em unidades territoriais mais agregadas.

A utilização da cartografia temática como instrumento analítico possibilita correlacionar a localização da população indígena com indicadores de educação, estrutura etária, infraestrutura domiciliar e organização dos domicílios, evidenciando a relação entre território, etnicidade e desigualdade socioespacial. Dessa forma, o delineamento metodológico adotado contribui para uma leitura sistemática das condições de vida da população indígena em Santa Cruz Cabralia e para a produção de subsídios técnicos voltados ao planejamento territorial e à formulação de políticas públicas territorializadas.

### **Base de dados e variáveis de análise**

A pesquisa fundamenta-se em dados secundários provenientes do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais foram espacializados na escala dos setores censitários do município de Santa Cruz Cabralia (BA). A utilização dessa base de dados possibilitou a elaboração de mapas temáticos capazes de representar, de forma detalhada, a distribuição espacial da população indígena e das condições sociodemográficas associadas à sua territorialização no espaço municipal.

Inicialmente, foram utilizados os dados referentes ao percentual de indígenas por faixas etárias em cada setor censitário, considerando os grupos de 0 a 29 anos, 30 a 59 anos e 60 anos ou mais. A espacialização dessas informações permitiu analisar a estrutura etária da população indígena e identificar padrões territoriais de concentração de jovens, adultos e idosos, fundamentais para a compreensão de dinâmicas demográficas, demandas por serviços públicos e processos de reprodução social no território.

Foram também utilizados os dados relativos ao percentual geral de indígenas alfabetizados, bem como os percentuais de indígenas alfabetizados do sexo masculino e do sexo feminino. A representação cartográfica desses indicadores possibilitou avaliar as desigualdades educacionais no interior do município e identificar variações espaciais associadas ao gênero, evidenciando como a alfabetização indígena se distribui territorialmente e como se relaciona com contextos específicos de vulnerabilidade socioespacial.

No que se refere às condições de moradia, foram analisados os percentuais de domicílios indígenas sem acesso à rede de abastecimento de água, sem banheiro e sem coleta de lixo. A

especialização desses indicadores permitiu identificar áreas com maior precariedade infraestrutural, revelando a sobreposição entre desigualdade étnica e desigualdade territorial. Esses dados são fundamentais para a análise das condições de vida da população indígena e para a identificação de situações de vulnerabilidade socioambiental com impactos diretos sobre a saúde e o bem-estar.

Por fim, a pesquisa utilizou os dados referentes ao percentual de domicílios indígenas tendo como responsável um indígena do sexo masculino e ao percentual de domicílios indígenas tendo como responsável um indígena do sexo feminino. A análise espacial dessa variável possibilitou compreender a distribuição territorial da responsabilidade domiciliar segundo o gênero, contribuindo para a identificação de dinâmicas familiares, estratégias de organização social e possíveis desigualdades de gênero no interior dos territórios indígenas.

De forma integrada, a especialização desses conjuntos de dados permitiu construir uma leitura analítica da territorialização indígena em Santa Cruz Cabralia, evidenciando como características demográficas, educacionais, infraestruturais e de gênero se articulam no espaço, reforçando o papel da cartografia temática e da análise espacial como instrumentos fundamentais para o estudo das desigualdades socioespaciais.

## **Resultados e discussões**

A análise dos dados do Censo Demográfico 2022, espacializados na escala dos setores censitários, permitiu compreender de forma detalhada a territorialização da população indígena no município de Santa Cruz Cabralia, bem como as desigualdades socioespaciais associadas às suas condições de vida. A leitura integrada das Figuras 3 a 6 evidencia que a presença indígena no espaço urbano e periurbano do município não se distribui de maneira homogênea, revelando padrões territoriais marcados por vulnerabilidades demográficas, educacionais, infraestruturais e de gênero.

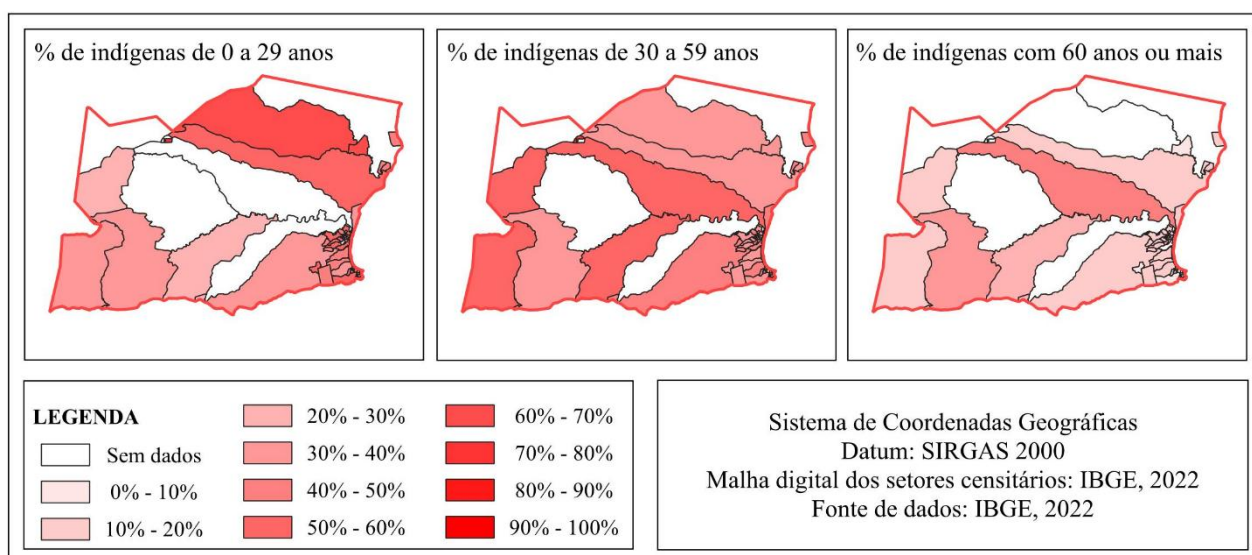
A distribuição da população indígena por grupos etários no município de Santa Cruz Cabralia revela importantes aspectos da dinâmica demográfica e da organização territorial dessa população, permitindo compreender tanto suas condições de reprodução social quanto as demandas diferenciadas por políticas públicas ao longo do ciclo de vida.

Nesse contexto, observa-se uma estrutura etária predominantemente jovem, com maior concentração de indígenas nas faixas de 0 a 29 anos e 30 a 59 anos na maior parte dos setores

censitários com presença indígena (Figura 3). Esse padrão demográfico indica um território indígena urbano marcado por elevada proporção de jovens e adultos em idade economicamente ativa, o que implica demandas específicas por políticas públicas voltadas à educação, à qualificação profissional, à geração de renda e ao acesso ao mercado de trabalho.

Observa-se, ainda, que a população indígena idosa (60 anos ou mais) apresenta uma distribuição espacial mais restrita, concentrando-se em um número reduzido de setores censitários. Esse padrão pode refletir processos de mobilidade intraurbana, estratégias familiares de cuidado, bem como dificuldades de permanência de idosos indígenas em áreas caracterizadas por maior precariedade infraestrutural e menor acesso a serviços de saúde e assistência social.

**Figura 3:** Percentual de indígenas por faixa etária nos setores censitários do município de Santa Cruz Cabrália-BA



**Fonte:** elaborado pelo autor

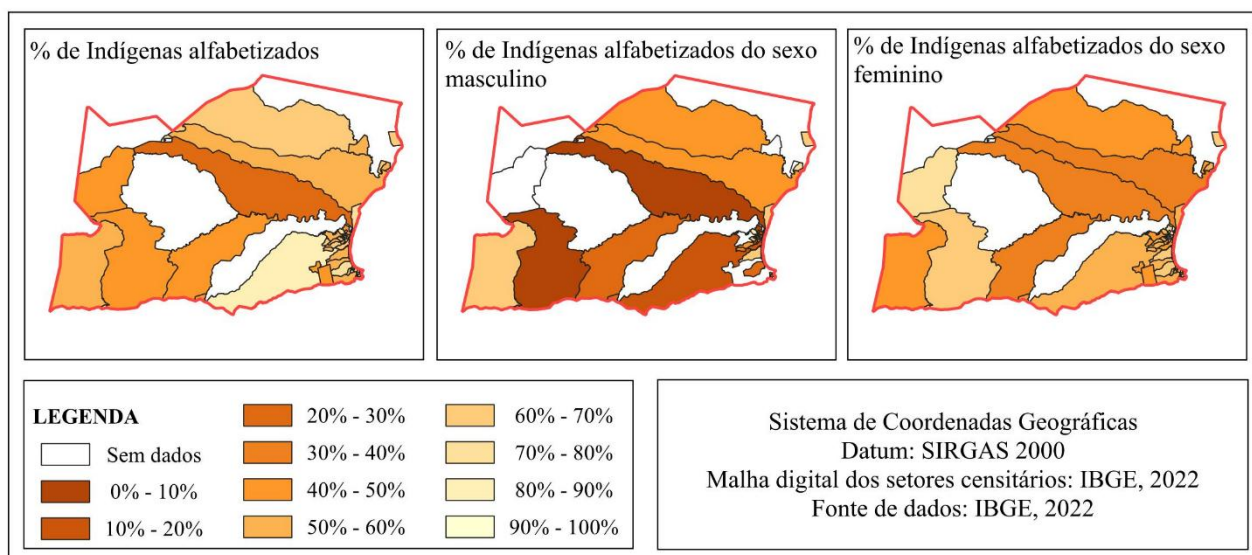
A alfabetização constitui um dos principais indicadores das condições de inserção social e do acesso a direitos básicos, sendo fundamental para a compreensão das desigualdades socioespaciais vivenciadas pela população indígena no espaço urbano. A distribuição espacial dos níveis de alfabetização permite identificar como o acesso à educação se articula com processos históricos de marginalização territorial e exclusão social.

Nesse sentido, observam-se desigualdades expressivas tanto no percentual geral de indígenas alfabetizados quanto nas diferenças entre homens e mulheres indígenas nos setores censitários do município de Santa Cruz Cabrália (Figura 4). Os menores percentuais de alfabetização indígena concentram-se, de modo recorrente, nos setores com maior presença

indígena e com piores condições socioespaciais, evidenciando uma relação direta entre território, etnicidade e acesso desigual à educação formal. Esse padrão sugere que a permanência de grupos indígenas em áreas marcadas por precariedade infraestrutural e menor oferta de serviços públicos contribui para a reprodução de desigualdades educacionais no interior do município.

A análise por gênero revela variações importantes nos níveis de alfabetização indígena, indicando que, em determinados setores censitários, as mulheres indígenas apresentam percentuais de alfabetização inferiores aos dos homens. Tal configuração aponta para a persistência de desigualdades educacionais interseccionais, nas quais o pertencimento étnico e as relações de gênero se sobrepõem, ampliando as barreiras de acesso à educação. Esses resultados dialogam com a literatura que compreende a educação como um dos principais mecanismos de produção e reprodução das desigualdades socioespaciais no espaço urbano brasileiro, especialmente entre populações historicamente marginalizadas, reforçando a necessidade de políticas educacionais territorializadas e sensíveis às especificidades étnicas e de gênero.

**Figura 4:** Percentual geral e por gênero de indígenas alfabetizados por setores censitários no município de Santa Cruz Cabralia-BA



**Fonte:** elaborado pelo autor

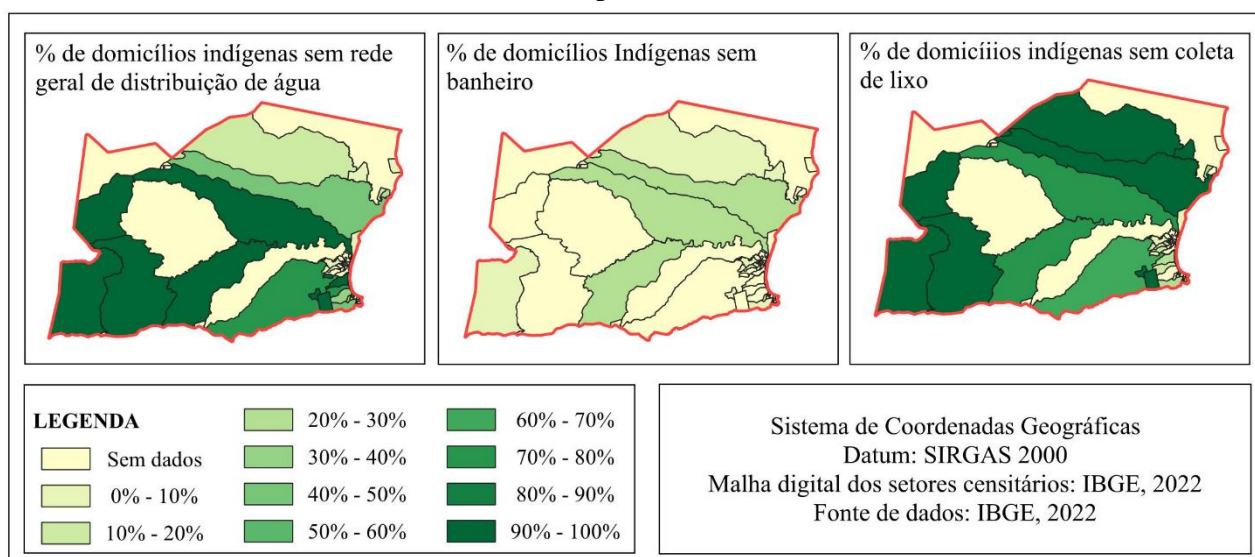
As condições de moradia e de acesso à infraestrutura básica constituem dimensões centrais para a análise das desigualdades socioespaciais, uma vez que expressam, de forma concreta, os padrões de inclusão e exclusão na produção do espaço urbano. A ausência ou precariedade desses serviços revela limites no acesso a direitos fundamentais e contribui para a

reprodução de vulnerabilidades sociais, sobretudo entre populações historicamente marginalizadas.

Nesse contexto, observa-se uma sobreposição significativa entre desigualdade étnica e desigualdade territorial nos setores censitários do município de Santa Cruz Cabrália (Figura 5). Os mapas evidenciam elevados percentuais de domicílios indígenas sem acesso à rede de abastecimento de água, sem banheiro e sem coleta regular de lixo, configurando situações de precariedade infraestrutural que afetam diretamente a saúde pública, o bem-estar e a qualidade de vida da população indígena. Esses déficits indicam não apenas carências materiais, mas também a fragilidade da atuação do poder público na garantia de serviços essenciais em áreas com maior concentração indígena.

A distribuição espacial desses setores revela que as maiores carências infraestruturais concentram-se, majoritariamente, em áreas periféricas ou socialmente menos valorizadas do município, o que corrobora a interpretação de que a lógica de produção do espaço urbano tende a relegar grupos socialmente vulnerabilizados a territórios com menor provisão de infraestrutura e serviços públicos. Tal padrão evidencia que a territorialização indígena em Santa Cruz Cabrália ocorre, em grande medida, em espaços marcados pela negação do direito pleno à cidade, reforçando a necessidade de políticas públicas territorializadas que enfrentem, de forma integrada, as desigualdades étnicas, sociais e espaciais.

**Figura 5:** Percentual de domicílios indígenas sem rede de distribuição de água, sem banheiro e sem coleta de lixo no município de Santa Cruz Cabrália-BA

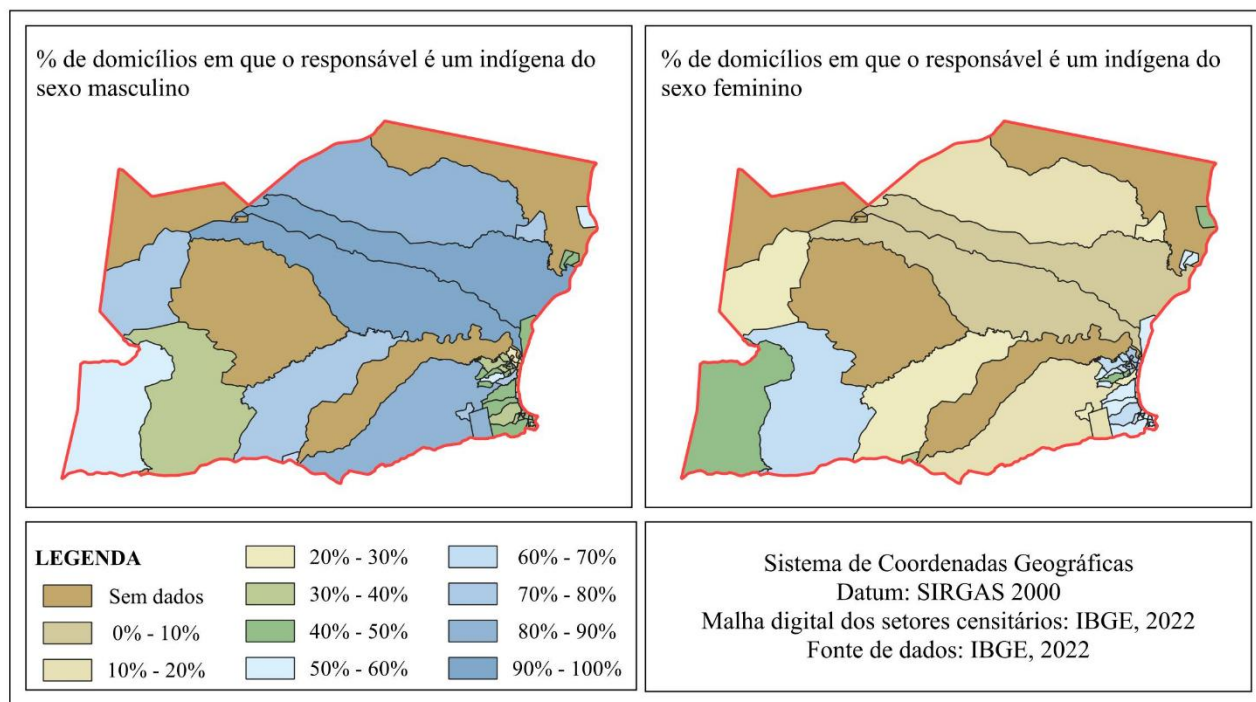


**Fonte:** elaborado pelo autor

A responsabilidade domiciliar por gênero constitui uma variável fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e familiares nos territórios indígenas urbanos, na medida em que revela padrões de organização doméstica e relações de poder intrafamiliares que se expressam espacialmente no território. A análise dessa dimensão permite avançar para além dos indicadores estritamente socioeconômicos, incorporando aspectos relacionados à divisão sexual do trabalho, à autonomia feminina e às estratégias de reprodução social das famílias indígenas.

Nesse sentido, a espacialização da responsabilidade domiciliar indígena por gênero evidencia contrastes significativos entre os setores censitários do município de Santa Cruz Cabralia (Figura 6). Observa-se, em diversos setores, a presença de percentuais elevados de domicílios indígenas tendo como responsável uma mulher, o que pode estar associado tanto a arranjos familiares específicos e estratégias de organização doméstica próprias quanto a contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica, como a inserção precária no mercado de trabalho, a informalidade e a sobrecarga de responsabilidades domésticas e de cuidado. Além disso, a distribuição espacial dessa variável indica que, em determinados territórios, a chefia feminina do domicílio se sobrepõe a condições infraestruturais deficitárias e a menores níveis de alfabetização, revelando a interseção entre desigualdades de gênero, etnia e território. Esse padrão reforça a necessidade de políticas públicas territorializadas e sensíveis às questões de gênero no interior das populações indígenas urbanas, capazes de enfrentar de forma integrada as múltiplas dimensões da vulnerabilidade socioespacial.

**Figura 6:** Responsabilidade domiciliar indígena por gênero nos setores censitários do município de Santa Cruz Cabrália-BA



**Fonte:** elaborado pelo autor

De forma integrada, os resultados evidenciam que a população indígena em Santa Cruz Cabrália vivencia um processo de territorialização urbana atravessado por múltiplas e interdependentes desigualdades socioespaciais, que se expressam de maneira simultânea nas dimensões demográfica, educacional, infraestrutural e de gênero. A análise em escala intraurbana, operacionalizada a partir dos setores censitários, mostrou-se fundamental para revelar padrões de diferenciação socioespacial que permanecem ocultos em abordagens mais agregadas, demonstrando que o espaço urbano é produzido de forma desigual, seletiva e hierarquizada, refletindo e reproduzindo relações históricas de poder, exclusão e marginalização social.

Nesse sentido, os achados tensionam de forma crítica a dicotomia rural–urbano tradicionalmente utilizada na análise da população indígena, ao evidenciar que a presença indígena no espaço urbano não implica, por si só, processos automáticos de inclusão social, melhoria das condições de vida ou superação das desigualdades estruturais. Ao contrário, a espacialização dos indicadores socioeconômicos revela que a urbanização indígena, quando não acompanhada por políticas públicas territorializadas, interculturais e orientadas pelos princípios da justiça socioespacial, tende a reproduzir — e, em determinados contextos,

aprofundar — dinâmicas de segregação residencial, precarização das condições de moradia, restrição no acesso a serviços urbanos essenciais e limitações ao exercício pleno do direito à cidade. Dessa forma, a territorialização indígena em Santa Cruz Cabralia se configura como um processo contraditório, no qual a inserção urbana convive com a persistência de desigualdades históricas, evidenciando a urgência de estratégias públicas que reconheçam as especificidades territoriais, sociais e culturais dessas populações no planejamento urbano municipal.

### **Considerações finais**

Este artigo analisou a territorialização da população indígena e as desigualdades socioespaciais no município de Santa Cruz Cabralia (BA), a partir dos setores censitários do Censo Demográfico 2022. A utilização da análise espacial e da cartografia temática permitiu identificar padrões intramunicipais de distribuição da população indígena e evidenciar a relação entre etnicidade, território e condições desiguais de vida no espaço urbano.

Os resultados indicam que a população indígena encontra-se concentrada em setores censitários marcados por maior vulnerabilidade socioespacial, expressa na combinação entre estrutura etária predominantemente jovem, menores níveis de alfabetização e precariedade no acesso à infraestrutura básica de saneamento e serviços urbanos. Esses padrões revelam que a territorialização indígena no município ocorre, em grande medida, em áreas periféricas ou menos valorizadas do espaço urbano, reproduzindo processos históricos de segregação e exclusão socioespacial.

A análise da alfabetização e da responsabilidade domiciliar por gênero evidenciou a presença de desigualdades interseccionais, nas quais pertencimento étnico, território e gênero se articulam na produção das condições de vida. A expressiva presença de domicílios indígenas chefiados por mulheres, especialmente em setores com maiores carências infraestruturais, reforça a necessidade de abordagens analíticas e políticas que incorporem a dimensão de gênero na compreensão da urbanização indígena.

Do ponto de vista analítico, o estudo demonstra a relevância da escala dos setores censitários para revelar desigualdades que permanecem ocultas em análises mais agregadas, bem como a importância dos avanços do Censo Demográfico 2022 para a visibilização da população indígena no espaço urbano. Os resultados reforçam a crítica à dicotomia rural—

urbano e evidenciam que a cidade constitui também território indígena, ainda que marcado por restrições ao exercício pleno do direito à cidade.

Conclui-se que a territorialização indígena em Santa Cruz Cabrália expressa a produção desigual do espaço urbano, demandando políticas públicas territorializadas, sensíveis às especificidades étnico-raciais e às desigualdades socioespaciais. Ao evidenciar empiricamente essas dinâmicas, o artigo contribui para o debate acadêmico sobre urbanização indígena e oferece subsídios para o planejamento urbano e a formulação de políticas mais inclusivas.

## Referências

- AMARAL, A.; HORN, P.; POETS, D. Introduction: Indigenous urbanisation in Latin America. *Bulletin of Latin American Research*, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/blar.13296>.
- BERG-NORDLIE, M.; DANKERTSEN, A.; WINSVOLD, M. Indigenousness and urbanization. 2022.
- BILLAWER, W.; NEL, V. The exclusion of Indigenous knowledge systems in planning open spaces in Namibia: the case of Havana, Windhoek. *Urban Forum*, v. 35, p. 165-178, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12132-024-09510-9>.
- BOING, A.; SUBRAMANIAN, S. Inequalities in the access to healthy urban structure and housing: an analysis of the Brazilian census data. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 6, e00233119, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00233119>.
- BORGES, D.; VARGAS, J.; HONÓRIO, O.; MENDES, L.; CANUTO, R. Social and ethnic-racial inequities in the occurrence of food deserts in a Brazilian state capital. *Food Security*, v. 16, p. 595-606, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12571-024-01450-3>.
- BRABLEC, D. Indigenous urbanisation and the decolonial possibilities of internal diasporas. *The Sociological Review*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/00380261251366885>.
- CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 35, p. 20-33, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0263775816658479>.
- CAMPOS, M.; SANTOS, R.; VILELA, E.; NORONHA, C. de; SILVA, L. da; COIMBRA, C.; BASTOS, J.; WELCH, J. Padrões de migração indígena no Brasil com base no Censo Demográfico Nacional de 2010: análise e reflexão crítica. *SN Ciências Sociais*, v. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s43545-021-00264-w>.
- CATHERINE, N. et al. Understanding the experiences of young, urban, Indigenous mothers-to-be in British Columbia, Canada. *BMC Pregnancy and Childbirth*, v. 25, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12884-024-07070-1>.

DEL POPOLO, F.; OYARCE, A.; RIBOTTA, B.; VIGNOLI, J. Povos indígenas e assentamentos urbanos: distribuição espacial, migração interna e condições de vida. 2007.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HORN, P. Indigenous peoples, the city and inclusive urban development policies in Latin America: lessons from Bolivia and Ecuador. *Development Policy Review*. Wiley-Blackwell, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/dpr.12234>.

HORTON, A.; PENNY, J. Towards a political economy of social infrastructure: contesting “anti-social infrastructures” in London. *Antipode*, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/anti.12955>.

HOWARD-WAGNER, D. Success in closing the socio-economic gap, but still a long way to go: urban Aboriginal disadvantage, trauma, and racism in the Australian city of Newcastle. *International Indigenous Policy Journal*, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18584/iipj.2019.10.1.3>.

INOSTROZA, L.; TAUBENBÖCK, H. Searching for the DNA of urbanisation: a material perspective. *Cities*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2024.105079>.

KHANJIHANI, A. et al. A systematic review of racial/ethnic and socioeconomic disparities in COVID-19. *International Journal for Equity in Health*, v. 20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12939-021-01582-4>.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. *Estudos Avançados*, [S.L], v. 79, n. 27, p. 123-132, out. 2013.

MAHER, T.; CAVALCANTI, M. Unseen and unheard: cultural identities and the communicative repertoires of Índios in Brazilian cities. *Current Issues in Language Planning*, v. 20, p. 50-66, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/14664208.2018.1503387>.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, p. 161-181, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982009000200002>.

NELSON, R.; WARNIER, M.; VERMA, T. Conceptualizing urban inequalities as a complex socio-technical phenomenon. *Geographical Analysis*, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/gean.12373>.

RAUPP, L.; CUNHA, G.; FÁVARO, T.; SANTOS, R. Sanitation conditions of indigenous and nonindigenous households in Brazil according the 2000 and 2010 national censuses. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 10, p. 3753-3763, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.04602019>.

RAUPP, L.; CUNHA, G.; FÁVARO, T.; SANTOS, R. Basic sanitation and inequalities in color/race in urban households with under-five children, with a focus on the indigenous population. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, supl. 3, e00058518, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00058518>.

SIMONI, A.; DAGNINO, R. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 33, p. 303-326, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20947/s0102-30982016a0020>.

WADE, P.; ROSSI, T.; RAFTOPOULOS, M.; COLETTA, M. Peri-urban communities and precarious temporality in Cochabamba, Bolivia: class, indigeneity, and social exclusion. *Geoforum*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2024.104039>.

#### **Licença de Uso**

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito deve ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.



Recebido em 16 de fevereiro de 2026

Aprovado em 30 de abril de 2026

Publicado em 11 de maio de 2026